

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 8 DE NOVEMBRO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOAO FADEL	ARENA
JOAO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDAO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Thomazoni
2.º Secretário — Quielse Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro
Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.
SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotto Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 173.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 8 de Novembro de 1972 (Quarta-Feira)

Presidência do sr. Deputado Domicio Scaramella, secretariada pelos srs. Deputados Gilberto Carvalho e Borsari Neto.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes — Antonio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quilse Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Maciel — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Borsari Neto — David Federmann — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — Igo Losso — João Fadel — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nivaldo Kruger — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Pinto Dias e Wilson Brandão. (34); achando-se ausentes os srs. Deputados Antonio Lopes Júnior — Arizone Araujo — Basilio Zanusso — Candido Martins de Oliveira — Emilio Carazzai — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Muggiati Filho — Paulo Poli — Sebastião Rodrigues Júnior — Santos Lima e Xenofonte Villanueva. (13).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 34 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão Única — da Proposição n. 79-72, Veto apostado ao Projeto de Lei n. 440-68, de autoria do Sr. Deputado Amadeu Puppi, concede pensão mensal de Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros), à Etelvina da Cruz Marcondes. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 9, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

Discussão Única — da Proposição n. 84-72
Levanta-se a Sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 174.ª Sessão Ordinária Realizada em 8 de Novembro de 1972 (Quarta-Feira)

Presidência do sr. Deputado Domicio Scaramella, secretariada pelos srs. Deputados Gilberto Carvalho e Borsari Neto.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes — Antonio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quilse Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Maciel — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Borsari Neto — David Federmann — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — Igo Losso — João Fadel — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nivaldo Kruger — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Pinto Dias e Wilson Brandão. (34); achando-se ausentes os srs. Deputados Antonio Lopes Júnior — Arizone Araujo — Basilio Zanusso — Candido Martins de Oliveira — Emilio Carazzai — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Muggiati Filho — Paulo Poli — Sebastião Rodrigues Júnior — Santos Lima e Xenofonte Villanueva. (13).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTO:

Senhor Presidente:

Encaminhou esta Casa dias atrás pedido de informações formulado pelo Deputado que adiante subscreve solicitando ao Executivo esclarecimentos sobre a situação financeira da Telepar, sobre o descumprimento de seus cronogramas de obras e a queda dos serviços telefônicos na Capital, mas, especialmente, sobre a colocação à venda de mais vinte mil linhas na rede de Curitiba.

Ressaltou-se, naquele pedido, a estranheza pela oferta dos telefones sem abertura de prévia concorrência entre as empresas fornecedoras de equipamento, presumindo o fato fixação aleatória dos custos. Num comparativo de preços entre os telefones oferecidos aqui, e os vendidos no Rio, São Paulo, Santa Catarina e mesmo Londrina, constatou-se disparidade total, em detrimento dos usuários de Curitiba, questionando-se também os motivos.

Um aspecto importante do plano de ampliação da rede telefonica de Curitiba, entretanto, foi por um lapso esquecido pelo autor, que através de adendo pretende esclarecimentos ainda mais amplos.

A Telepar oferece novos telefones, para entrega em três anos, ao custo de Cr\$ 4.090,00. Qualificando a cobrança em parcelas mensais de "plano de financiamento", acresce a importância de elevada taxa de juros.

Verifica-se, porém, que no chamado "preço à vista", a Telepar já previu importância maior que a correção monetária para o prazo de três anos, presumindo a continuidade da inflação à taxa atual, numa possível precaução quanto à alta nos custos do equipamento.

É um absurdo essa modalidade, visto que o capital levantado pela Telepar se destina ao auto-financiamento da ampliação de rede pelos usuários. Ora: está se impondo ao cidadão juros sobre próprio investimento.

Correto seria que a Telepar cobrasse, como preço à vista, o custo atual do telefone, orçado em Londrina a Cr\$ 2.600,00 não o custo futuro. Porque presume-se que, na impossibilidade de adquirir já o equipamento, giraria a empresa com o capital disponível, de forma a que, pelo menos, não se diluísse o poder aquisitivo. Foi o que fez o Fundo Municipal de Telefones, que ora está chamando seus cotistas para receberem importâncias correspondentes aos dividendos do capital replicado.

Isto exposto, requer-se à Mesa, ouvida a Casa, encaminhe expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Viação, a quem está afeto o primeiro pedido de informações, encarecendo a Sua Excelência que receba este adendo, para quando responder, na forma prevista dela Constituição, às indagações deste Poder, esclareça, também:

a) — Qual a justificativa invocada pela Telepar para cobrar juros sobre investimento de pretendente de novos telefones?

b) — Quanto já foi levantado com a venda das linhas a serem instaladas e qual a aplicação dada ao dinheiro?

c) — Assume a empresa compromisso perante o comprador de devolver o lucro de investimento e possível excesso do preço cobrado sobre o custo real das novas linhas?

d) — Em que posição ficará a Telepar na autonomia de desenvolver planos prometidos, face à criação da Telebrás?

Sala das Sessões, em 08 de novembro de 1972.

(a) — Erondy Silvério.

PROJETO DE LEI

Projeto de Lei n. 199-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominado "Ernesto Milani", a unidade escolar do Distrito de Borda do Campo, Município de Quatro Barras.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de novembro de 1972.

(a) — Erondy Silvério.

JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de lei pretendemos prestar justa e merecida homenagem a uma figura de destaque nos meios sociais e políticos daquela região.

O Senhor Ernesto Milani, pelas suas qualidades pessoais mereceu sempre o respeito e a consideração de seus conterrâneos, daí porque, estamos certos, a presente proposição contará com o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE — Esta finda a leitura do Expediente. Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 34 srs. Deputados

Sobre a mesa Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados.

3.a Discussão — do Projeto de Resolução n. 28-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n. 189-72 — aprova em todos os seus termos, o contrato n. 1-72, firmado entre o Estado do Paraná, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, o serviço federal de Habitação e Urbanismo — SERFHAU, e a Universidade Federal do Paraná, com finalidades que especifica. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Resolução n. 29-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n. 190-72, aprova convênio celebrado entre o Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal, e o Governo do Estado — Secretaria de Segurança Pública, objetivando delegar ao Estado a execução parcial dos serviços de Polícia Marítima, aérea e de Fronteira conforme Lei Federal n. 4.483, de 16.11.64. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 74-71, de autoria do Dep. Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo a elevar para Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), a pensão mensal concedida a Vicentina de Moraes Gomes. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 142-71 de autoria do Dep. Lázaro Dumont, autoriza o Poder Executivo construir através do D.E.R., uma ponte sobre o Rio Tibagi, ligando Tamarana a Terra Nova, nos Municípios de Londrina e São Jerônimo da Serra. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 205-71, de autoria dos Deps. Lázaro Dumont e Ivo Thomazoni, autoriza o Poder Executivo firmar convenio através da Secretaria dos Transportes, com a Prefeitura Municipal de Capitão Leonidas Marques, para construção de uma ponte sobre o rio Andradá conforme especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. **EM REGIME DE URGÊNCIA** — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 109-72, de autoria do Dep. Arthur de Souza, autoriza o Poder Executivo transferir de Godolina Godolfim Schuitz

para sua filha Carolina Schultz, a pensão mensal concedida pela Lei n. 2.334, de 3.3.52, alterada pelas Leis n.s 2.290 e 1912 de 18.5.54. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 316-70 de autoria do Dep. Olavo Ferreira, da nova redação à Lei n. 6.156, de 2 de outubro de 1970. — (Enquadramento de Professores no Curso Secundário). Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 58-72, de autoria do Dep. João Fadel, que autoriza o Poder Executivo isentar do pagamento da Taxa de Água Esgoto, os Hospitais de Caridade, Albergues e Entidades Assistenciais e Filantrópicas como específica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 58-72

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a isentar do pagamento da taxa de água e esgotos os Hospitais de Caridade Albergues e Entidades Assistenciais Filantrópicas que mantenham ambulatório médico de atendimento gratuito aos necessitados, com sede e foro no Estado do Paraná.

§ Único — Para que os Hospitais de Caridade, Albergues e Entidades Assistenciais e Filantrópicas possam beneficiar-se da isenção do pagamento da taxa de água e esgoto referida no artigo 1.º, será condição indispensável que os ocupantes dos cargos de Diretoria exerçam suas atividades gratuitamente e não percebam, sob qualquer título ou justificativa, salário, remuneração, dividendo, ajuda de custo ou outro qualquer benefício, pecuniário ou não, como retribuição pelo exercício de suas funções.

Art. 2.º — O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, através de Decreto que passará a ser parte integrante dele, dentro de 30 (trinta) dias da data de sua Sanção.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1972.

a) Dep. João Fadel

JUSTIFICATIVA:

A isenção do pagamento da taxa de água e esgoto que pretendemos seja concedida aos Hospitais de Caridade, Albergues e Entidades Assistenciais e Filantrópicas que mantenham ambulatório médico de atendimento gratuito aos necessitados está baseada no interesse que o Poder Público tem no funcionamento daquelas Instituições e está proposição tem por objetivo diminuir um encargo por demais oneroso para obras sociais que dependem de auxílios particulares e de subvenções oficiais para executarem suas tarefas e se fazerem presentes como fatores de redução das tensões sociais entre as camadas mais necessitadas da população e onde o Poder Público não se faz presente ou por impossibilidade orçamentária ou por deficiência estrutural.

A taxa de água e esgotos cuja isenção de pagamento pleiteamos para aquelas instituições não é rubrica de alta significação no orçamento estadual, mesmo porque, os investimentos programados para aquela área de serviço público tem origem em financiamentos do Governo Federal e organismos internacionais de incentivo aos Projetos de saneamento, podendo, portanto, o presente Projeto de Lei ser aprovado sem risco de estrangulamento nos trabalhos de ampliação de antigas ou implantação de novas redes de água e esgotos que atualmente estão em execução.

Por outro lado, com a constante atualização das tarifas de cobrança de prestação do serviço de água e esgotos, o lançamento para aquelas instituições que não tem renda própria, ou quando a tem, já está a mesma empenhada no custeio de suas atividades filantrópicas, atinge importâncias realmente severas, tanto mais agravadas pelo fato de a sistemática de revisão do lançamento efetuado no exercício ser de longa tramitação pelos naturais entraves burocráticos, salientando-se que a interposição do pedido não tem efeito suspensivo para a entidade reclamante.

Assim, e por entender ser dever do Poder Público amparar e impulsionar o funcionamento de Hospitais de Caridade, Albergues e Entidades Assistenciais e Filantrópicas que mantenham ambulatório médico de atendimento gratuito aos necessitados, resolvemos submeter à apreciação do ilustrado plenário desta Colenda Assembléia Legislativa o presente Projeto de Lei firmados na convicção de que, aprovado, constituir-se-á em fator positivo de incentivo ao desenvolvimento da prestação de serviços de natureza social por instituições beneficentes e filantrópicas que desoneradas daquela obrigação tributária terão melhores condições de desenvolvimento para ampliação de suas atividades e com reflexo positivo no atendimento às massas necessitadas.

Finalmente, cumpre ser ressaltado que não tendo o Poder Público condições de recursos ou estruturais de se fazer presente com eficiência no

campo da assistência social, pode-se, com razão, invocar seu dever inclínvel de facilitar o funcionamento de obras que lhe suprem a ausência e o presente Projeto de Lei, nada mais é que a concretização deste entendimento, pelo que tenho por certo que os Nobres Deputados darão ao mesmo seu honroso e indispensável apoio.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1972.

a) Dep. João Fadel

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 58-72

O plano de lei em exame, visa autorizar o Poder Executivo a isentar do pagamento da taxa de água e esgoto, os hospitais de caridade e entidades assistenciais e filantrópicas — que mantenham ambulatório médico de atendimento gratuito aos necessitados, com sede e foro no Estado do Paraná.

O Projeto, de acordo com a justificativa do autor, Deputado João Fadel, tem por objetivo diminuir um encargo por demais oneroso para as entidades que prestam serviços, sociais gratuitamente e que dependem, para execução de suas finalidades de auxílios particulares e de subvenções oficiais, muitas vezes difícil de se conseguir.

Por outro lado, a taxa que é pedida isenção, não é rubrica das mais significativas na receita do orçamento estadual, e mesmo porque os investimentos programados para aquele setor, tem financiamento do Governo Federal.

Por fim, trata-se de simples autorização Legislativa, que o Poder Executivo utilizará se achar conveniente aos interesses do Estado; pelo exposto, o parecer é favorável.

Sala das Reuniões, em 22 de junho de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Maurício Fruct — Relator

Igo Losso

Ovídio Franzoni

Santos Lima

Cândido Martins de Oliveira

Emílio Carazzai

Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 58-72

AUTOR: Dep. João Fadel

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a isentar do pagamento da taxa de água e esgotos os Hospitais de Caridade, Albergues e Entidades Filantrópicas que mantenham ambulatório médico de atendimento gratuito aos necessitados, com sede e foro no Estado do Paraná.

Submete-se ao estudo e exame desta Comissão, Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado João Fadel, que visa autorizar o Poder Executivo a isentar do pagamento da taxa de água e esgoto, os Hospitais de Caridade e Entidades Assistenciais e Filantrópicas que mantenham ambulatório médico de atendimento gratuito aos necessitados, com sede e foro no Estado do Paraná.

No devido tempo manifestou-se favoravelmente à Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o aspecto financeiro que a esta Comissão cabe examinar não se insurge qualquer abstrato, pois trata-se de simples autorização Legislativa e os investimentos destinados à aquele setor, tem financiamento do Governo Federal.

Opino pela aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões em 23 de agosto de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente

Antonio Belinati — Relator

Antonio Lopes Júnior

Jorge Sato

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 163-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 41-72, encaminhando proposta de Orçamento Plurianual de Investimentos da Administração Estadual, para triênio 1973, 1975. Com parecer da Comissão de Orçamento. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do sr. Deputado Erondy Silvério constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao sr. Secretário de Viação e Obras Públicas, pedindo esclarecimentos sobre a situação financeira da Telepar. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 9, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 316-70.

2.a Discussão — dos Projetos de Lei n.s 58-72 e 163-72.

3.a Discussão — dos Projetos de Lei n.s 144-71, 156-71, 249-71, 79-72 e 138-72.

Levanta-se a Sessão.